

Tchelo Figueiredo/Secom-MT



Pazuello trava compra de vacinas

Diante da demora do Ministério da Saúde em entregar as vacinas contra o novo coronavírus, tanto o governador Mauro Mendes (DEM) quanto o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) pediram autorização do governo federal para negociar diretamente a compra dos imunizantes com laboratórios internacionais. Só que o ministro Eduardo Pazuello travou as tentativas. Ao prefeito, pediu que esperasse as remessas do governo federal. Ao governador, pediu 48 horas para dar uma resposta. A autorização é necessária para garantir que uma eventual compra não seja confiscada

PÁG. 3

STJ libera volta de conselheiros afastados do TCE há três anos

PÁG. 3

Alta do diesel inflama motoristas

Gilberto Leite



Os 60 mil caminhoneiros autônomos de Mato Grosso serão os primeiros a pagar a conta pelo do novo aumento do diesel, anunciado ontem (18) pela Petrobras. Hoje começam a ser aplicados nas refinarias os reajustes de 15,2% no diesel e 10,2% na gasolina. Para a classe, o gasto com combustível consome a maior parte dos lucros que eram previstos para o frete neste início do ano

PÁG. 8

PLC 36 acende debate sobre voto secreto e auditoria no placar

A divergência entre o placar da votação sobre o veto ao PLC 36 e o posicionamento público dos deputados sobre a matéria reacendeu uma vela polêmica na Assembleia Legislativa. Publicamente, 14 deputados disseram não à taxaço dos aposentados, mas o placar da Assembleia só registrou 11 votos contra o veto do governo. Diante desse resultado, o deputado Wilson Santos (PSDB) quer acabar com o voto secreto, enquanto Lúdio Cabral (PT) cobrou uma auditoria do sistema de votação eletrônica da Casa

PÁG. 4

Jair Bolsonaro vai zerar imposto

O presidente Jair Bolsonaro afirmou durante sua live semanal nas redes sociais que o governo decidiu zerar os impostos federais que incidem sobre o gás de cozinha e o óleo diesel. A suspensão sobre o gás será definitiva. Já a interrupção na cobrança federal sobre o diesel terá duração de dois meses e busca aliviar a alta recente do combustível

PÁG. 4

Cobras voltam ao seu habitat

Em 2020, o Corpo de Bombeiros devolveu à natureza cerca de 190 serpentes. É comum que esses répteis sejam encontrados nas áreas urbanas, especialmente próximo a florestas, córregos, riachos e outros ambientes mais selvagens. Eles buscam locais frescos quando o sol castiga as matas com o calor e devemos



acionar os bombeiros quando nos depararmos com um deles

PÁG. 6

Sonhos realizados, dinheiro circulando

Mayke Toscano/Secom-MT

Três mil casas populares serão construídas em 25 municípios de Mato Grosso, ação que pode demandar mais de R\$ 39 milhões da cadeia de suprimentos da construção civil e de outros setores da economia. Isso porque o novo morador terá que investir em reformas e adequações, compra de móveis e eletrodomésticos, além de itens de decoração para sua casa. A projeção é feita com base em um estudo inédito elaborado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial



PÁG. 7

OPERAÇÃO MALEBOLGE

Após parecer favorável da PGR, ministro Raul Araújo considerou que não é mais necessário manter afastamento dos quatro delatados por Silval

STJ libera volta de conselheiros

Thiago Bergamasco/TCE-MT

**Da redação**

Afastados há mais de três anos, os conselheiros Antonio Joaquim, José Carlos Novelli, Sérgio Ricardo de Almeida e Waldir Teis foram liberados para retornar aos cargos que ocupavam no Tribunal de Contas do Estado (TCE). A decisão é do ministro Raul Araújo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com data de quinta-feira (18).

Na sentença, o ministro citou que o prazo para aplicação das medidas cautelares já foi extrapolado e não há mais motivo que justifique sua manutenção. Além disso, a Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou ao STJ, na última quarta-feira (17), que não pre-

tende pedir a renovação do afastamento.

“Diante desse quadro, vencimento do prazo de prorrogação do afastamento somado à manifestação do Ministério Público Federal em favor do encerramento da medida, mostra-se descabido cogitar nova prorrogação. Se o dominus litis reconhece que ‘diante do lapso temporal das medidas impostas aos conselheiros do TCE-MT investigados no Inquérito 1194/MT, as medidas cautelares já não se mostram mais necessárias’, não há por que o órgão julgador, de ofício, mantê-las”, diz trecho da decisão.

Apesar de a decisão liberar o retorno imediato dos quatro conselheiros, apenas José Carlos Novelli deve voltar ao cargo. O Tribunal de Contas informou, por meio de nota, que já providenciou os atos administrativos para reintegrá-lo. Com o retorno de José Carlos Novelli, deixa o pleno o conselheiro substituto Moisés Maciel.

Os outros três continuam fora, pois há outros impedimentos. Antonio Joaquim tem medida cautelar decretada pela 5ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, no bojo de uma investigação sobre a venda de uma fazenda para o ex-governador Silval Barbosa e o empresário Wanderley Torres, da Trimec.

Sérgio Ricardo foi afastado pela Justiça estadual, em investigação sobre a suposta compra de sua vaga no Tribunal de Contas. Já Waldir Teis está cumprindo prisão domiciliar após ser flagrado pela Polícia Federal tentando esconder cheques durante 16ª fase da Operação Ararath, que realizou buscas em sua casa.

O CASO - Os quatro foram afastados por determinação do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante a deflagração da Operação Malebolge, 12ª fase da Ararath. Os conselheiros foram acusados por recebimento de R\$ 50 milhões em propina para fazerem vista



Apesar de a decisão liberar os quatro conselheiros, apenas Novelli (foto) poderá retornar imediatamente ao cargo

grossa às obras da Copa do Mundo 2014, da qual Cuiabá foi uma das sub-sedes, e pela aprovação de contas do ex-governador Silval Barbosa.

As revelações foram feitas pelo próprio ex-governador, em acordo de colaboração premiada homologada por Fux. O extenso documento re-

vela um pacote de esquemas de corrupção nas entranhas do Palácio Paiguás, com envolvimento de diversas figuras políticas.

TAXAÇÃO DOS APOSENTADOS

Deputados querem isenção de R\$ 3 mil para todos

Da redação

A comissão especial montada pela Assembleia Legislativa para debater a taxaço dos servidores aposentados e pensionistas trabalha com a proposta de isentar até R\$ 3 mil de todos os inativos. A informação foi revelada pela deputada Janaina Riva (MDB), vice-presidente da Casa.

Conforme Janaina, essa proposta ainda não foi apresentada ao governo. Os deputados estão fazendo os cálculos sobre a compensação desse desconto, já que esse foi um dos principais argumentos do governo para vetar o projeto de lei complementar 36/2020, que propunha isenção para todos que recebem até

o teto do INSS, hoje em R\$ 6,4 mil.

“A proposta é a isenção de 3 mil reais para todos, mesmo que se tivesse que ter uma progressividade lá em cima. Chegou-se a cogitar uma proposta de 2% para quem ganha acima do dobro do teto, que seria uns 12 mil reais, e isenção de 3 mil para todo mundo. Tá se fazendo um cálculo em cima disso. Não é a proposta do governo, mas é uma proposta que é aceitável”, pontuou a deputada.

Pelos cálculos da parlamentar, essa medida permitiria um alívio imediato de 50% na alíquota paga pelos inativos que recebem até R\$ 6 mil, além de atender a grande maioria dos aposentados pelo MTPrev.

A comissão foi montada pelo presidente da Assembleia, Eduardo Botelho (DEM), após os deputados manterem o veto do governador ao PLC 36 por 12 votos a 11, em votação realizada na semana passada.

PRAZO CURTO - Botelho quer que a comissão apresente uma proposta ao governo em, no máximo, 15 dias. Ele admitiu que a taxaço atual é alta para os aposentados e pensionistas e que encontrar uma alternativa “menos dura”.

Além de Botelho, fazem parte da comissão, o líder do governo na AL, Dilmar Dal Bosco (DEM), e os deputados estaduais Allan Kardec (PDT), Carlos Avallone (PSDB), Max Russi (PSB) e Xuxu Dal Molin (PSC).

TRAVA BUROCRÁTICA

MS pede 48h para decidir sobre compra de vacina

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) informou que a resposta do Ministério da Saúde sobre a autorização para compra direta de vacinas pelo governo do Estado deve ser dada ainda neste final de semana. A informação foi revelada por ele na manhã da última sexta-feira (19).

O democrata anunciou na quinta-feira (18) que está em tratativas com um laboratório, cujo nome não foi revelado, para compra de 1,5 milhão de doses de vacina contra a covid-19.

Mendes comentou que está difícil adquirir a vacina em todo o mundo, mas que toda semana tem tentado parcerias para aquisição de novas doses. O governador também defendeu o governo federal e disse que não há falta

de vontade para comprar novas doses.

“Toda semana faço duas, três, quatro ligações para tentar encontrar algum mecanismo para que a gente possa comprar vacinas. Já furou vários e estamos tentando e não deve estar sendo fácil também para o governo federal”, disse.

Mato Grosso já tentou adquirir doses das vacinas diretamente das indústrias farmacêuticas Sinovac (que produz a Coronavac junto ao Butantan) e Sinopharm (cuja vacina está sendo usada na China), no entanto não obteve sucesso até o momento.

A negociação com o ministro Pazuello é necessária para garantir que o governo federal não venha a ‘confiscar’ uma eventual carga de vacinas paga com recursos do Estado. Uma situação similar foi vivida

no começo da pandemia, envolvendo respiradores de vários estados, o que chegou a descambar para uma disputa judicial resolvida no Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar de temer uma eventual requisição das vacinas, Mauro afirmou que poderá ajudar o governo federal a adquirir novas doses por meio desse acordo. Disse ainda que poderá até mesmo entregar toda a carga para o Ministério da Saúde, desde que o pagamento seja feito pelo governo federal.

“Tem o seguinte: se alguém conseguir comprar e pode entregar, o governo federal paga e coloca no plano. Se for assim, não tem problema. Vamos colocar esse 1,5 milhão de reais, mas ele paga. Eu não vou pagar para distribuir vacina para todos os brasileiros”, pontuou.

SEM COMPRA DIRETA

Pazuello pede que Prefeitura aguarde entregas do ministério

Gilberto Leite



Emanuel pediu autorização de Pazuello para comprar vacinas, mas ministro quer aquisição única pelo governo federal

Gabriel Soares

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), consultou o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, sobre a possibilidade de fazer compras diretas de vacinas contra a covid-19. O pedido foi feito em reunião virtual realizada na manhã da última sexta-feira (19), convocada pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Pazuello revelou aos prefeitos que o governo irá entregar mais 4,7 milhões de doses de vacinas na próxima semana. Em resposta a Emanuel, ele deixou claro que não recomenda, neste momento, que os municípios comprem vacinas por conta própria e pediu que aguardem as remessas encomendadas pelo governo federal.

“Se fizermos separações de locais que têm competência para comprar e outros que não têm, vamos criar uma crise interna muito grande de estados que seguem uma linha e outros que não seguem. Quem estiver negociando manda aqui para mim que a gente compra. Faltam 15 dias para a nossa produção de vacinas ficar plena. A previsão é que na semana que vem já estejamos distribuindo 4,7 milhões de doses”, comentou Pazuello.

Emanuel ainda questionou o ministro sobre o atraso nos recursos destinados ao custeio de leitos de UTI para pacientes de covid-19. A capital ainda não recebeu os repasses referentes aos meses de janeiro e fevereiro.

Segundo Emanuel, a Prefeitura tem feito muito es-

forço para manter os leitos, já que o orçamento do município não previa esse tipo de despesa, mas garantiu que nenhum dos 135 leitos de UTI foi nem será desativado.

Pazuello respondeu que irá repassar os recursos para o município assim que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 for aprovada pelo Congresso Nacional, o que ainda não tem data para acontecer. A estimativa é a votação seja concluída no mês de março.

“Esta reunião foi muito produtiva, principalmente pela previsão do recebimento de mais doses de vacinas. Com a produção dos imunizantes no Brasil regularizada até o próximo mês, esperamos dar uma celeridade muito maior à nossa campanha [de vacinação]”, concluiu.

TRANSPARÊNCIA

Discussão antiga – e vencida várias vezes – na Casa de Leis, publicidade dos votos volta à tona após polêmica sobre o veto ao PLC 36

Voto secreto divide a Assembleia

Gilberto Leite



Da redação

O deputado Wilson Santos (PSDB) quer acabar com a votação secreta na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) após a polêmica criada envolvendo os parlamentares que votaram pela manutenção do veto do PLC-36. No entanto, a proposta gerou polêmica e divide a opinião de seus colegas de Parlamento.

Até os que apoiam a ideia chegaram a classificar o projeto de Wilson como um ato de demagogia. O parlamentar acredita que a aprovação é difícil, mas não impossível.

"Em época de redes sociais, em que a sociedade está antenada e quer saber como se comporta o seu representante, não há espaço mais para manter em nenhum parlamento (municipal, estadual ou

nacional) o voto secreto", disse Wilson na última terça-feira (16), ao defender seu projeto.

A discussão sobre o fim do voto secreto é antiga na Assembleia Legislativa e reacendeu após a polêmica votação do projeto de lei complementar (PLC) 36/2020. Em 2003 a então deputada Vera Araújo (PT) já tentava acabar com o voto secreto. Em 2019, um projeto de resolução neste sentido chegou a ser aprovado em primeira votação, mas até agora nada de definitivo.

Ao analisar esse histórico, Silvio Fávero (PSL) classificou como demagogia o fim do voto secreto, mas disse que votará pela aprovação do projeto.

"É papo furado, pois ele sabe que não passa. Eu sou a favor de acabar com o voto secreto, pois todo mundo agora diz que votou pela derubada, mas é mentira. Muito deputado aqui faz politicagem. Sou a favor do voto aberto, mas esse voto não vai passar, é ilusão. Existem interesses maiores e, quando os interesses aparecem, as coisas não acontecem", falou Fávero.

Outro deputado que se mostrou favorável ao

projeto de Wilson é Carlos Avallone, seu correligionário. Para ele, a dúvida gerada na votação do PLC 36 só vai acabar com a transparência do voto.

Avallone avalia como 'um absurdo' o que aconteceu e lembrou que alguns colegas que votaram a favor do veto hoje se manifestam publicamente contrários. Em sua avaliação, o maior prejuízo é o causado pelas fake news envolvendo os nomes dos deputados em listas de possíveis parlamentares que teriam votado pela manutenção do veto, oficializando o desconto previdenciário de 14% dos inativos do Estado.

Allan Kardec (PDT) disse que assina com Wilson o projeto e que o tucano tem toda a razão em colocar os votos da Casa abertos.

"Estamos atrasados com relação a isso. Em todos os parlamentos do mundo não existe mais voto secreto. Acho que o parlamentar foi eleito pelo povo e o povo tem o direito de saber o seu posicionamento; está aí uma grande oportunidade. O Wilson foi corajoso e estou com ele nessa. Sem voto secreto, sem sessão secreta", pontuou.



Wilson tenta emplacar projeto para acabar com a votação secreta, tema que é debatido há mais de 15 anos na AL

Presidente da Casa, Eduardo Botelho (DEM) disse que é contra o fim da votação secreta. Para ele, o dispositivo é a oportunidade de os deputados derrubarem vários vetos sem serem prejudicados politicamente. Ele diz que não se pode avaliar um projeto

por causa de uma votação, mas vai aguardar a decisão dos colegas sobre a matéria.

O líder do governo, Dilmar Dal Bosco (DEM), também se posicionou contra a matéria. Ele pondera que o voto secreto é um direito de cada parlamentar.

"Não mancha a imagem da Casa, porque o que acontece é que, muitas vezes, os que perderam a votação não aceitam, e procuram achar um mecanismo para difamar os colegas que votaram pensando na inconstitucionalidade da matéria", destacou.



Janaina Riva propõe que Teté Bezerra assuma o comando do MDB em Cuiabá

DIRETÓRIO EM CUIABÁ

Janaina é contra Possas de Carvalho assumir controle

Da redação

O diretório municipal do MDB em Cuiabá ainda continua sem comando e, se depender da deputada estadual Janaina Riva, o ex-secretário de saúde Luiz Antônio Possas de Carvalho não será um bom nome, já que ele é ligado ao seu desafeto Emanuel Pinheiro.

A deputada disse que a escolha para Possas ser presidente é por indicação de Emanuel e ela sugere que a presidência seja de algum filiado que não seja nem de seu grupo e nem do prefeito, e sim alguém neutro.

Questionada sobre a indicação do advogado Rafael Bastos, a parlamentar disse que o jurista não é de seu grupo, mas apenas ocupa uma cadeira na 1ª secretaria da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

"O Rafael está no MDB há 40 anos e por mais que eles falem que o Luiz Antônio também está há muito tempo, ele foi secretário do Emanuel. Pode não ser o Rafael e sim a Teté. Tem alguém mais neutra que a Teté? Se ela não quiser, pode pegar outra pessoa que seja mais neutra, mas só não acho correto pegar alguém que fez parte da gestão (Emanuel) para fazer de conta que é alguém neutro. Acho que tem que ser neutro de verdade e que se preocupe com o partido em geral", detalhou.

Janaina ainda falou sobre a possível indicação de Teté para comandar a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf) no lugar de Silvano Amaral. A deputada disse que o descontentamento de Silvano já se tornou pú-

blico, mas Carlos Bezerra, presidente estadual do partido, ainda não cogitou um substituto.

"Se o Silvano não for ficar, o que acho difícil porque ele também foi indicado pelo Juarez Costa, aí vamos abrir uma discussão partidária, mas quem teria uma prioridade seria Thiago Silva por conta das suplências. Temos que levar em consideração também que o governador tinha um compromisso com a coligação de dois deputados assumirem e ele movimentar que não fossem reeleitos", disse.

Por fim, mesmo sem ter sido indicada oficialmente, Janaina defendeu o nome de Teté Bezerra, destacando que a esposa de Carlos Bezerra já foi deputada federal e estadual.

PROMESSA DO PRESIDENTE

Impostos federais sobre gás e diesel serão zerados

Da redação

O presidente Jair Bolsonaro afirmou durante sua live semanal nas redes sociais que o governo decidiu zerar os impostos federais que incidem sobre o gás liquefeito de petróleo (GLP) – o gás de cozinha – e o óleo diesel. A suspensão sobre o gás será definitiva. Já a interrupção na cobrança federal sobre o diesel terá duração de dois meses. As medidas foram decididas em uma reunião do presidente com a equipe econômica e passam a valer no próximo mês.

"A partir de 1º de março agora, não haverá mais qualquer tributo federal no gás de cozinha, ad eternum. Então, não haverá qualquer tributo federal no gás de cozinha, que está, em média, hoje em dia, 90 reais, na ponta da linha, para o consumidor lá. E o preço na origem está um pouco abaixo de 40 reais. Então, se está em 90 reais, os 50 reais aí é ICMS, imposto estadual, e é também para pagar ali

a distribuição e a margem de lucro para quem vende na ponta da linha", disse o presidente.

No caso do diesel, Bolsonaro explicou que o corte no imposto será temporário até que o governo encontre uma forma de eliminar a cobrança de forma definitiva. O presidente também criticou reajustes recentes no preço dos combustíveis por parte da Petrobras e chegou a indicar que haverá

mudanças na estatal em breve.

Atualmente, o único imposto federal incidente sobre o GLP e o diesel é o PIS/Cofins, que é de R\$ 2,18 por botijão e cerca de 35 centavos por litro do diesel, segundo informações da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A Cide, outro imposto federal cobrado sobre combustíveis, já está zerada tanto para o diesel quanto para o GLP.

(Com Agência Brasil)



Presidente Jair Bolsonaro garantiu que a partir de 1º de março não haverá mais tributo federal no gás de cozinha

CAMPANHA

Juiz aprova contas de Emanuel

Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) teve as suas contas aprovadas com ressalvas, após apresentar embargos detalhando que o valor de R\$ 450 mil citado como irregular na prestação de contas, estavam devidamente declarados.

A defesa do prefeito contestou a decisão e detalhou que duas notas fiscais, sendo uma

no valor de R\$ 300 mil e outra de R\$ 150 mil, foram canceladas, mas que isso passou despercebido no primeiro julgamento. Ao analisar a situação, o próprio Ministério Público Eleitoral opinou pelo deferimento do recurso, para que a sentença fosse corrigida.

O juiz Walter Pereira de Souza, da 55ª Zona Eleitoral de Cuiabá deferiu nesta quinta-feira (18) o pedido detalhando explicando que foram

sanadas as inconsistências/irregularidades e as contas foram aprovadas com ressalva.

"Destes modos, excluídas estas irregularidades, as demais registradas na sentença não justificam a desaprovção das contas, merecendo a sua aprovação mediante ressalva, com possibilidade de posterior avaliação em procedimentos próprios", diz parte da decisão de Walter.

AQUISIÇÃO DIRETA

Mauro revela ter acordo 'em estágio avançado' para comprar 1,5 milhão de doses e quer garantia de que Pazuello não irá confiscar a carga

Acordo garante vacinas para MT

Gilberto Leite



Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) revelou na última quinta-feira (18) que conseguiu encaminhar um acordo com um laboratório internacional para compra de 1,5 milhão de doses de vacina contra o novo coronavírus. Ele aguarda agora um aval do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, para fechar a compra.

Mauro não quis revelar o nome do laboratório, como forma de garantir que não seja 'atravessado' por outro interessado e perca

a oportunidade de compra. Disse apenas que está "em estágio bem avançado de negociação para comprar vacinas que estão aí sendo usadas no mundo inteiro".

A negociação com o ministro Pazuello é necessária para garantir que o governo federal não venha a 'confiscar' uma eventual carga de vacinas paga com recursos do Estado. Uma situação similar foi vivida no começo da pandemia, envolvendo respiradores de vários estados, o que chegou a descambar para uma disputa judicial resolvida no Supremo Tribunal Federal (STF).

"Estou tentando hoje contato com o ministro para dizer que conseguimos, estamos em tratativas aí razoavelmente avançadas para Mato Grosso comprar 1,5 milhão de vacinas. Eu tenho dito isso a vocês, nós estamos aí há

mais de um mês correndo atrás, carta para lá e para cá. Agora, se for para eu comprar para ter que entregar [ao governo federal] e distribuir ao Brasil inteiro, não tem lógica", disse.

Apesar de temer uma eventual requisição das vacinas, Mauro afirmou que também poderá ajudar o governo federal a adquirir novas doses por meio desse acordo. Disse ainda que poderá até mesmo entregar toda a carga para o Ministério da Saúde, desde que o pagamento seja feito pelo governo federal.

"Tem o seguinte: se alguém conseguir comprar e pode entregar, o governo federal paga e coloca no plano. Se for assim, não tem problema. Vamos colocar esse 1,5 milhão, mas ele paga. Eu não vou pagar para distribuir vacina para todos os brasileiros", pontuou.



Mauro quer garantia de que Pazuello não irá confiscar vacinas compradas por MT

A CONTA NÃO FECHA

Lúdio quer auditoria do sistema de votação da AL

Gilberto Leite



Deputado Lúdio Cabral (PT)

Gabriel Soares

Provocados pelo deputado Lúdio Cabral (PT), treze deputados anunciaram na última terça-feira (16), em sessão na Assembleia Legislativa, que votaram pela derrubada do veto ao projeto de lei complementar (PLC) 36/2020. A medida buscava isentar aposentados e pensionistas com salários inferiores ao teto do INSS (hoje em R\$ 6,4 mil) da alíquota previdenciária de 14%.

O número é diferente do que foi registrado na votação ocorrida na última quarta-feira passada (10), que terminou com placar de 11 pela derrubada do veto e 12 pela manutenção.

A diferença ainda pode aumentar, já que o deputado Valdir Barranco (PT), ávido defensor da matéria, não declarou voto hoje, pois está internado com covid-19, em estado grave.

Após ouvir a manifestação dos colegas, Lúdio voltou a questionar o resultado da votação e pediu uma auditoria no sistema, diante da suspeita de violação do placar.

"Não estão presentes o deputado Barranco que é meu colega de bancada e o Faissal [PV], que também teria votado pela derrubada do veto. Com a confirmação dos dois, serão 13 deputados votando pela derrubada. Neste caso, eu vou re-querer a contagem dos

votos no sistema, que pode ser feito da forma que o perito achar ser possível fazer", afirmou.

O presidente da Assembleia, Eduardo Botelho (DEM), reagiu às alegações de violação no placar e garantiu que o sistema está acima de qualquer suspeita. Nas entrelinhas, Botelho deixou claro que três parlamentares estão mentindo aos servidores sobre seu posicionamento na votação. Ele ainda descartou qualquer possibilidade de quebrar o sigilo dos votos.

"O que existe no painel é verdadeiro. Não tem possibilidade de ser violado. Se vocês quiserem um simulado, a gente pode simular en-

tre os deputados. Agora, quebrar sigilo não existe, esquece", disse.

Apesar da reação de Botelho, Lúdio quer que seja realizada uma perícia para comprovar se não houve qualquer irregularidade na votação. Ele defende que a votação seja anulada e refeita caso se comprove que houve manipulação do resultado.

"Vamos ter que acreditar na palavra deles e auditar o sistema. Quando eu falo em auditar o sistema de votação, não é contrariar a constituição do Estado, que diz que o voto é secreto, mas sim auditar a contagem dos votos para saber se são 11 ou mais votos", destacou.

REELEIÇÃO QUESTIONADA

Assembleia diz que ação da Rede é 'sem fundamento'

Da redação

O partido Rede Sustentabilidade entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação da eleição que reconduziu o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Eduardo Botelho (DEM), para seu terceiro mandato consecutivo como presidente.

A Rede decidiu ingressar com a ação após o ministro Alexandre de Moraes, do STF, negar seguimento a um pedido similar feito pela Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Conacate). Em despacho emitido na última terça-feira (9), Moraes afirmou que falta legitimidade ativa à entidade para ingressar com uma ADI. Como é um partido político, a Rede teria essa legitimidade que falta à Associação.

Procurada pela reportagem, a Presidência da ALMT informou que a ação não tem fundamento, pois a reeleição para a presidência é permitida pela Constituição Estadual e a escolha da Mesa Diretora para o biênio 2021/2022 teria ocorrido de acordo com a jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal (STF).

Em nota, a Assembleia disse entender que eventuais alterações jurisprudenciais devem ser aplicadas apenas em ações futuras, "resguardando situações fáticas já consolidadas, em atenção à segurança jurídica que rege nosso Estado de Direito".

OUTRO CASO - O advogado Edson Damasceña também entrou com uma ação popular no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) pedindo a anulação da posse da Mesa Diretora. Contudo, o TJ entendeu que houve uma "barrigada jurídica

ca", pois ele teria escolhido a via errada para contestar um dispositivo da Constituição Estadual.

Diante da polêmica, o próprio Eduardo Botelho sugeriu ao deputado Wilson Santos (PSDB) que apresentasse um projeto de emenda constitucional para proibir a reeleição do presidente e do primeiro-secretário para o biênio seguinte dentro de uma mesma legislatura.

"Fui eleito e reeleito sem fazer nenhum tipo de negociação, mas agora quando chega uma pessoa aqui que não tem o mesmo perfil, ela usa de todas as artimanhas, vende tudo, faz tudo, como já vimos no passado aqui, que ficaram 20 anos aqui saindo da primeira-secretaria para a segunda e não ganhavam a eleição, como eu, apenas com compromissos republicanos de dividir cargos e gestão", falou Botelho na semana passada.

SAÚDE COLETIVA

Projeto de lei quer impedir obrigatoriedade da vacina

Da redação

O deputado estadual Silvio Favero (PSL) apresentou na última terça-feira (16) um Projeto de Lei (PL 47/2021) que proíbe a obrigatoriedade da vacinação contra covid-19 em Mato Grosso. O deputado destaca que sequer existem vacinas disponíveis para todos os grupos prioritários e que também não cabe ao Estado ou algum poder obrigar o cidadão a se vacinar.

O projeto de Favero também diz que crianças até 14 anos só irão se vacinar com autorização dos pais. Segundo ele, isso acontece porque as crianças teriam imunidade natural à doença, informação que não tem comprovação científica. Ele também aponta que a discussão sobre a obrigatoriedade da vacina é meramente política.

"Estamos antecipando a política de 2022 para 2021. Nós temos

que se preocupar (sic) com as vidas, com as pessoas, e quando se coloca a vida de uma criança em risco, temos que ver. Está comprovado que as crianças têm imunidade, se não as aulas não teriam voltado no interior", afirmou.

Até esta terça-feira (16), 30 pessoas com idades de 0 a 18 anos morreram por covid-19 em Mato Grosso, segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde (SES).

Favero disse acreditar na eficácia da vacina, mas informou que não tem certeza de que irá tomá-la quando for liberada para ele.

REAÇÃO - O médico sanitário e também deputado estadual Lúdio Cabral (PT) opinou sobre o projeto de Favero e se mostrou contrário à ideia do parlamentar do PSL. O petista ressaltou que a vacinação deve ser obrigatória e que já existe entendimento do

Supremo Tribunal Federal (STF) de que a imunização pode ser obrigatória.

"O cidadão que não quiser se vacinar terá que sofrer restrições, por ser um potencial vetor de transmissão da doença. A vacina é altamente segura. Mais de 50 milhões de pessoas no mundo já se vacinaram sem nenhum efeito grave, e ninguém virou jacaré no Brasil. Ao mesmo tempo, as pessoas continuam morrendo [por covid-19]. Então, vejo como desnecessário um projeto dessa natureza", afirmou.

O deputado Dr. Eugênio (PSB), presidente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, pediu vista do projeto, travando sua tramitação na Assembleia. Apesar disso, Favero disse que aguarda o retorno de seu PL e espera que seja colocado em votação o quanto antes.

DIVIDINDO O MESMO HABITAT

Por conta das altas temperaturas, as serpentes estão buscando alento nas cidades e diversos casos foram registrados nos últimos meses

Serpentes 'invadem' áreas urbanas

Zoo Brasília/Divulgação



Em 2019, o Corpo de Bombeiros resgatou 230 serpentes e em 2020, 190. População pode solicitar a captura pelo 193

Essa predisposição das serpentes a ambientes mais frios e úmidos, faz com que elas busquem outros lugares para se estabelecer quando as temperaturas na mata aumentam. As maiores chances de se encontrar uma cobra em áreas urbanas são em lugares mais afastados e próximos à mata.

Paralelo ao aumento das temperaturas em áreas de mata, seja ele natural ou por consequência direta da ação humana, a urbanização é de fato o principal ocasionador desses choques entre a sociedade e o reino animal.

Há trezentos anos, Cuiabá estende suas fronteiras pelo habitat natural de várias espécies e esse avanço se choca diretamente com o próprio deslocamento das serpentes, ocasionando as já ditas aparições. No passado as serpentes eram bem mais presentes no dia a dia da população, porém isso diminuiu e tende a diminuir cada vez mais à medida que a urbanização avança pelo habitat natural das serpentes, segundo Christiane Strussman, especialista em Herpetologia e professora da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso).

O período de chuvas também é capaz de desabrigar as serpentes,

obrigando-as a migrar para novos lugares, sendo esse mais um fator que colabora para o aparecimento em áreas urbanas.

“As serpentes que aparecem em áreas populosas e/ou centrais como a capital de Mato Grosso são serpentes que não têm veneno. Exatamente como a jiboia encontrada em Sorriso. As espécies de serpentes peçonhentas têm necessidades mais específicas e isso engloba desde alimentação a moradia. Dessa formam elas se mantêm majoritariamente em áreas afastadas e de mata, sendo possivelmente encontradas em áreas rurais, onde o choque entre homem e fauna é mais presente”, explicou.

CUIDADO ESPECIAL COM AS SERPENTES

O Corpo de Bombeiros estipula normas que as pessoas devem seguir quando avistam uma serpente. Primeiro de tudo a pessoa deve chamar imediatamente o Corpo de Bombeiros pelo número 193.

É importante que a pessoa isole o local e impeça a proximidade de qualquer pessoa. Quando o Corpo de Bombeiros realiza a captura do réptil e verifica que não há ferimentos, ele é devolvido à natureza. Contudo, quando a serpente

apresenta ferimentos, ela é levada diretamente para o Centro de Triagem de Animais Silvestres, no Batalhão da Polícia Ambiental em Várzea Grande, que realiza uma triagem e a encaminha para clínicas veterinárias e universidades conveniadas com a Sema (Secretaria de Estado e Meio Ambiente), para receber tratamento.

De acordo com o tenente Santos Junior, do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso, as ocorrências atendidas de capturas de serpentes no ano de 2019 foram 230 e no de 2020 foram 190. “De-

monstra que o número de ocorrências atendidas nos dois últimos anos, em termos quantitativos, foi praticamente o mesmo”, salientou.

Um pedido que o tenente faz para a população é que não toque nas cobras. “Não pode, pois é muito perigoso. Se não sabe se é ou não peçonhenta, o indicado é ligar imediatamente para o Corpo de Bombeiros que fará o resgate do animal de forma correta”.

CRIME AMBIENTAL E EXTINÇÃO - De acordo com o artigo 29 da Lei de Crimes Ambientais é crime matar,

aprisonar, lesionar ou de qualquer outra forma, causar mal a algum animal silvestre. A população, muitas vezes movida por medo e desinformação, tende a matar as cobras que encontram e isso vem contribuindo para o crescente número de espécies em extinção.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), 33 das 400 espécies de serpentes encontradas no Brasil estão sob o risco de extinção. O levantamento foi feito em novembro de 2019.

RODOVIÁRIA DE CUIABÁ

Empresa terá que investir R\$ 18 milhões em melhorias

Da redação

O governo do Estado concluiu a licitação para concessão do terminal rodoviário “Engenheiro Cássio Veiga de Sá”, em Cuiabá. A empresa Sinart – Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda. foi declarada vencedora do certame, que vai assegurar um investimento na ordem de R\$ 18 milhões aplicados diretamente em melhorias estruturais e reforma do espaço a partir do primeiro ano de concessão.

A empresa foi a única a participar do processo licitatório e venceu o certame ao oferecer uma outorga no valor de R\$ 501,2 mil para explorar os serviços do terminal. O valor mínimo da outorga a ser oferecido na licitação era de R\$ 500 mil, conforme o edital. Já a outorga variável é no valor de 1% da receita bruta.

Com a conclusão da licitação e a declaração da empresa como vencedora, ela agora terá de apresentar um plano de negócios, no qual deve constar um detalhamento adicional sobre como a concessionária pretende executar o contrato ao longo dos 25 anos de concessão.

O prazo para apresentação do plano se inicia no próximo dia 22 e o documento já estava previsto no edital de licitação como condição para a assinatura do contrato de concessão, de acordo com o secretário adjunto de Logística e Concessões da Sinfra, Huggo Waterson.

Somente após isso é realizada a assinatura do contrato no valor estimado de R\$ 235,5 milhões e a empresa vai assumir em definitivo a administração do terminal, que atende aproximadamente 1,5 milhão de passageiros por ano

no transporte intermunicipal e interestadual de passageiros. Hoje a própria Sinart é responsável pela administração, por meio de um contrato emergencial.

INVESTIMENTOS - Com a concessão está prevista a elaboração e execução de projetos necessários para as obras de conservação, manutenção, operação e melhorias no terminal. Entre os investimentos estão adequações nos banheiros, melhorias nas áreas de embarque e desembarque, central de operações, que deverá funcionar como monitoramento do fluxo dos usuários, além da segurança dos usuários e sinalização visual dos serviços prestados à população dentro do terminal. Também estão previstas adequações para melhoria da acessibilidade, com a implantação de um elevador, entre outros serviços.

DESRESPEITO

Folgados usam vagas exclusivas

Da redação

Na última semana, a reportagem do Estadão Mato Grosso foi procurada por frequentadores do Parque das Águas, em Cuiabá, para uma denúncia o uso irregular de vagas destinadas a pessoas com deficiência (Pcds) por motoristas que não têm direito a elas. D.S.G.F. é frequentador do parque há mais de um ano e, constantemente, flagra esse tipo de situação.

Cansado, ele denunciou o descaso à Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob), exigindo fiscalização do local e as devidas providências. “Eu fiz uma reclamação no dia 27 de janeiro e, naquele dia, teve uma fiscalização lá no parque. É a Semob que deve fiscalizar essas infrações e, após esse dia, desconheço outra ronda no local ou algo do tipo”, disse ele.

Para ter direito a vaga exclusiva, o motorista deve identificar o veículo com o adesivo de Pcd, caso contrário, o carro

pode ser multado por estar estacionado em vaga exclusiva.

Estacionar em vagas para deficientes físicos ou idosos é uma infração gravíssima, segundo o Código de Trânsito Brasileiro. Em caso de desrespeito, o motorista está sujeito a multa de R\$ 293,47 e perda de 7 pontos na carteira de habilitação.

OUTRO LADO - À reportagem, a Semob afirmou que irá monitorar a câmera localizada no Parque das Águas para fiscalizar o uso indevido das vagas Pcd e para idosos. Além disso, uma operação será realizada na próxima semana em alguns pontos da cidade, incluindo o parque para a autuação dos motoristas que usam as vagas irregularmente.

OPERAÇÃO TOLERÂNCIA ZERO - Na última segunda-feira (15), uma ‘blitz’ foi realizada nos parques, Centro e principais vias da capital contra motoristas e motociclistas que estacionam em vagas reservadas a idosos

e pessoas com deficiência (PCD). A operação Tolerância Zero está autuando aqueles que não respeitam a lei de trânsito.

Conforme o secretário de Mobilidade Urbana, Antenor Figueiredo, a atitude de alguns motoristas/motociclistas se trata de ‘falta de educação’ no trânsito. “Essa operação será rotineira. Mas isso é falta de bom senso ou falta de educação. Todos os dias há motoristas ou motociclistas usando vagas prioritárias. A gente faz um apelo para que tenham consciência sobre essas vagas. Recebemos muitas queixas dos cidadãos com deficiência ou idosos que se veem impedidos de utilizar essas vagas porque estão sendo usadas por aqueles que não necessitam delas”, explicou.

Estacionar em vagas reservadas aos deficientes e idosos sem credencial pode resultar na remoção do veículo, 7 pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e R\$ 293,47 de multa.

PRODUÇÃO FAMILIAR

MT aposta em genética para ampliar produção de leite

Da redação

Doação de sêmen bovino, fertilização in vitro e transferência de embriões são as ferramentas que o governo do Estado adotou para melhorar geneticamente o rebanho leiteiro de Mato Grosso. A iniciativa beneficia produtores familiares de 33 cidades, abrangendo todas as sete regiões mato-grossenses.

Segundo o secretário de Estado de Agricultura

Familiar, Silvano Amaral, a expectativa é aumentar a produção leiteira em Mato Grosso. Atualmente, cada vaca produz em média 4 litros de leite por dia e o objetivo é chegar a 10 litros por dia em 10 anos.

“Esse aumento de produção representará mais renda ao pequeno produtor, estimulando o mesmo a continuar na atividade, e a diminuir a capacidade ociosa das indústrias de laticínios,

ajudando assim a movimentar todo o comércio da cadeia produtiva”, explica.

A médica veterinária Vânia Ângela Kohl e o engenheiro agrônomo Avelino Taques Neto, ambos responsáveis pelo programa da Seaf ‘MT Produtivo Leite’, acrescentam que nos últimos três meses o governo do Estado distribuiu 5 mil doses de sêmen bovino sexado e 10 mil doses de sêmen convencional. As doses de sêmen

são de cinco raças com forte potencial para produção leiteira: Holandesa, Jersey, Girolando e Gir leiteiro.

Os servidores de carreira da Seaf relatam que, além das doses de sêmen bovino, o programa adota o fornecimento de prenhezês com a transferência de embriões. Já foram realizadas 650 prenhezês nas cidades de Aripuanã, Campinápolis, Juína, Itanhanga e Terra Nova do Norte.

“Na prática essa ação consiste em promover em laboratório a fertilização in vitro, e em seguida a transferência de embrião para a vaca. Essa transferência é realizada por uma empresa especializada, contratada através de licitação, que executa todo o trabalho e é remunerada por prenhez confirmada, sexada de fêmea aos 60 dias de gestação”, relata Kohl.

A médica veterinária explica ainda que, por

meio de acordos de cooperação, cooperativas e prefeituras dessas cinco cidades irão promover mais 650 prenhezês, totalizando ao final 1.300 inseminações.

“Nesse pacote estão incluídas as vacinas reprodutivas, exames de brucelose e tuberculose, e medicamentos do protocolo hormonal, a ação de transferência de embriões e o diagnóstico de gestação”, acrescenta Kohl.

CASAS POPULARES

Pós-obra pode impactar na circulação de milhões em Mato Grosso com projeto Mais Habitação do governo do Estado em parceria com municípios

Construção pode girar R\$ 39 mi

Mayke Toscano/Secom-MT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Da redação

A construção de três mil casas populares em 25 municípios de Mato Grosso pode demandar mais de R\$ 39 milhões da cadeia de suprimentos do setor da construção civil e outros setores da economia. A projeção é com base no estudo inédito, "Pós-obra: geração de renda e emprego na economia", elaborado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Assinado em maio de 2020, o projeto Mais Habitação, do governo do Estado, prevê investimentos de R\$ 341,4 milhões, o total inclui o valor do governo e da cooperação com municípios para a construção de 3 mil casas populares. No entanto, os gastos com moradia não se encerram com a entrega das chaves.

Para tornar o local habitável, o novo morador terá que investir em reformas de adequação, compra de eletrodomésticos e itens de decoração. De acordo com a pesquisa, investimentos

nesta nova fase – pós-obra – correspondem ao gasto de 10% do valor do imóvel popular.

O ciclo da construção não se encerra com o "Habite-se" e com a entrega das chaves. "A partir desse momento, inicia-se uma série de gastos, seja com reformas para melhorias nas residências, seja com a compra de itens de mobiliário e eletroeletrônicos", reforça José Carlos Martins, presidente da CBIC.

A importância da pós-obra na economia era, até então, apenas uma percepção do setor, mas "agora, temos os dados. Percebe-se que a relevância da construção para a economia nacional é ainda maior", complementou Betinha Nascimento, vice-presidente da CBIC.

Em Mato Grosso, os reflexos da construção de novas moradias populares deverão ser sentidos nos próximos três anos. Na ocasião da assinatura do projeto, o governador do Estado, Mauro Mendes, ressaltou que os empreendimentos injetariam dinheiro nas economias locais, tanto por meio dos empregos gerados quanto pela cadeia da construção civil.

"Temos milhares de famílias que não têm um lar decente e digno para morar. Além disso, quase 10 mil empregos serão gerados para essa construção. O governo vai colaborar com os municípios e contribuir



Os empreendimentos devem injetar dinheiro nas economias locais, tanto por meio dos empregos quanto da cadeia da construção civil

com o sonho e a felicidade de muitas famílias mato-grossenses. Vamos preparar terrenos, a infraestrutura, chamar as empreiteiras e dar todo o suporte para entregarmos essas casas", afirmou o governador.

De acordo com o governo estadual, o custo médio de cada moradia será de R\$ 130 mil. O valor total – 3 mil moradias –, com base no percentual de gastos com pós-obras apontado pela pesquisa (10%), deverá corresponder a R\$ 39 milhões circu-

lando na economia local para compras de móveis, eletrodomésticos, pagamentos de prestação de serviços e outros.

"A fase de pós-produção abrange os efeitos da construção na geração de emprego, de renda e de arrecadação tributária decorrentes das atividades que acontecem após a entrega das obras de edificações residenciais, aos respectivos proprietários dos imóveis", aponta a pesquisa.

O montante a ser investido deverá perdurar ao longo de três

anos após a entrega da obra, como destaca a pesquisa.

"Os gastos pós-obra, aos quais se referem esses percentuais não ocorrem, via de regra, integralmente no primeiro ano que se segue à entrega das chaves. Na pesquisa realizada junto aos escritórios de arquitetura, esse fato foi explicitamente citado e confirmado por essas mesmas fontes. Assim, o horizonte temporal desses gastos estende-se por três anos após o encerramento das obras", pontua o estudo.

ESTUDO - O estudo contou com pesquisa realizada pela Econit, empresa contratada para realização deste estudo junto a escritórios de arquitetura especializados nas atividades pós-obra – desde as reformas de adequação até as atividades de decoração. Os resultados revelaram que, em termos médios, esses gastos correspondem a 25%, 15% e 10% do valor dos imóveis, considerando-se residências de alto e médio padrão e as habitações populares, respectivamente.

DA LAMA AO CAOS

MT-322: onde os fracos não têm vez

Chico Valdiner/ Geocom-MT

Da redação

Obras emergenciais para garantir a trafegabilidade da MT-322 (antiga BR-080) foram iniciadas nesta semana. Anualmente, a combinação de aumento das chuvas e tráfego de caminhões resultam na formação de atoleiros, o que demanda constantes recursos para manutenção. Neste ano, por exemplo, mais de 200 caminhões ficaram presos nos atoleiros entre as comunidades dos Baianos e Alô Brasil, no município de Bom Jesus do Araguaia.

A região do Vale do Araguaia, norte de Mato Grosso, é conhecida pela sua produção de grãos e a pavimentação dessa rodovia é considerada estratégica para a expansão do agronegócio. O projeto que prevê o asfaltamento da rodovia está há mais de dez anos travado por questões ambientais. O motivo do impasse é que parte da rodovia transpassa terras indígenas do Parque Nacional do Xingu.

De acordo com a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra), a rodovia já havia recebido, no ano passado, serviços de manutenção ao longo dos seus 191 quilômetros de extensão. Ao todo, dois trechos passaram por obras, sendo um feito por meio de contrato



Mais de 200 caminhões ficaram presos no atoleiro da MT-322 este ano; governo inicia reparos emergenciais

com o Estado e a outra parte via consórcio.

"Podemos deixar a rodovia um tapete, mas, por não ser pavimentada, basta chover um pouco que piora a qualidade da rodovia. E a situação ainda agrava, pois o tráfego por essa estrada é pesado. Passam caminhões e carretas carregadas e que não deveriam transitar pela estrada com chuva", apontou Nilton de Brito, secretário-adjunto de Obras Rodoviárias da Sinfra.

As dificuldades para pavimentação da MT-322 começam já com a sua criação, em 1971. Vista como trecho abandonado da BR-080, a ro-

dovia foi aberta em território indígena em Mato Grosso e depende de licenciamento ambiental para ser asfaltada.

Conforme o projeto Xingu+, que reúne as principais organizações de povos indígenas, associações de comunidades tradicionais e instituições da sociedade civil atuantes na Bacia do Rio Xingu, a MT-322 já causou impactos diretos sobre as populações indígenas da região, mesmo não estando totalmente pavimentada.

"Isso por conta do intenso fluxo de caminhões na rodovia. Uma eventual pavimentação total da rodovia e a construção de uma pon-

te sobre o rio Xingu devem aumentar o fluxo de caminhões e mais os impactos socioambientais", aponta o grupo.

Os representantes dos povos atingidos também alertam para a falta de regulamentação da rodovia estadual e a possibilidade de um aumento de problemas na região com a construção da Ferrogrão (EF-170).

A definição de regras de funcionamento da rodovia 322 é considerada urgente pelo grupo, uma vez que o projeto da Ferrogrão tem avançado e prevê a construção de uma estação de cargas no município de Matupá, o que aumentará o fluxo de caminhões.

Falta de licença trava a chegada do asfalto

Da redação

Apesar de a MT-322 ser uma rodovia estadual, a competência para liberação de um licenciamento ambiental é da União, do Ibama, já que a estrada corta territórios indígenas. Para obtenção desse documento, é necessário que haja a participação da Funai e a realização de uma consulta aos povos atingidos, para identificar os impactos e formular regras.

Um projeto de pavimentação já existe desde 2010, mas ficou defasado nesse tempo, sendo necessária sua revisão, bem como a adequação. Segundo a Sinfra, o vice-governador Otaviano Pivetta, junto à associação de produtores da região, comprometeu-se a convocar o projetista para solicitar a readequação do projeto existente, tanto na parte geométrica quanto orçamentária.

"O projeto, inclusive, deve contem-

plar os respectivos licenciamentos necessários, de órgãos como a Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Isso porque a MT-322 cruza áreas das reservas indígenas Maraiwatsede e do Parque do Xingu", explica.

PALIATIVO - Enquanto o projeto do asfalto segue parado desde a sua criação em 2010, o governo estadual anunciou que agora em março será lançada uma licitação para contratação de empresa específica para realizar a manutenção rotineira, através de um Plano Anual de Trabalho e Orçamento (PATO).

"Assim que finalizarmos a licitação e parar de chover, vamos dar início ao trabalho na rodovia inteira e melhorar consideravelmente a trafegabilidade da MT-322", explicou Nilton de Brito, secretário-adjunto de Obras Rodoviárias da Sinfra.

SEM FREIO

Petrobras anuncia novo reajuste nos preços da gasolina e do diesel; pequenos caminhoneiros já contabilizam perdas com o frete

Nova alta inflama caminhoneiros

Gilberto Leite



Da redação

Os mais de 60 mil caminhoneiros autônomos que atuam em Mato Grosso serão os primeiros a pagar a conta pelo novo aumento do diesel, anunciado ontem (18) pela Petrobras. A partir da última sexta-feira (19), começam a ser aplicados nas refinarias os reajustes de 15,2%, no preço do diesel e 10,2% na gasolina. As novas altas ocorrem uma semana depois de o governo federal enviar ao Congresso um projeto de lei para alterar a cobrança do ICMS.

O comunicado da terceira alta do diesel deste ano pegou os pequenos transportadores de surpresa. Para a classe, o gasto com combustível consome a maior parte dos lucros que eram previstos para o frete neste início de ano.

“Até tinha uma greve prevista para o dia 1º deste mês, mas que nesse momento não ganhou força por falta de adesão dos transportadores autônomos. Somos nós [pequenos transportadores] os principais afetados pelo preço do combustível, pois as grandes transportadoras não estão preocupadas com isso, já que elas têm contrato futuro”, apontou Edgar Augusto Laurini, presidente da Associação de Proprietários de Caminhões e Transportadores de Cargas de Tangará da Serra.

Edgar lembra que estamos no período da colheita da soja 2020/21, que está atrasada em razão do clima, totalizando 22,26% de área colhida até a última semana. Todos os anos, é neste período que a demanda por transporte aumenta e os caminhoneiros autônomos conseguem melhorar seus ganhos.

“É normal que no pico da safra ocorra um aumento do frete, por causa da demanda, que é maior do que a oferta de caminhões. Mas com esses aumentos, estamos tirando [a soja] da lavoura para os armazéns quase de graça. A carga desse custo atinge o produtor, mas é a gente que paga”, pontua Edgar.

Apesar da pressão causada pelos frequentes reajustes do diesel, Edgar não vê espaço para mobilização de uma nova greve. Atualmente a entidade representa cerca de 3 mil trabalhadores da região norte.

“É improvável que Mato Grosso participe de uma greve. Além de estarmos em uma época de colheita de safra, temos a pandemia e o pequeno produtor rural, o qual seria muito prejudicado. Todos estão reclamando, mas não sei até onde isso vai, pois, para fazer uma greve, é preciso da força do caminhoneiro autônomo. Hoje temos mais de 60 mil no estado e são eles que fazem a economia local girar, eles que fazem os transportes de curta distância e abastecem as cidades”, ressalta Edgar.

Com os novos reajustes, as refinarias passam a vender o litro da gasolina por R\$ 2,48 e o diesel por R\$ 2,58. As aplicações dos reajustes são de R\$ 0,23 e de R\$ 0,34, respectivamente.



Apesar de estarem com as margens pressionadas, caminhoneiros não devem deflagrar greve devido à proximidade da safra

PRATICIDADE

Detran lista empresas que parcelam dívida

Da redação

Os cidadãos que desejam parcelar os débitos do veículo no cartão de crédito podem consultar as empresas credenciadas no site do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MT).

A orientação do Detran-MT é que o cidadão realize uma simulação entre as empresas para verificar qual a oferta mais vantajosa de parcelamento.

Com as empresas credenciadas, o cidadão poderá parcelar todos os débitos vencidos e

a vencer, incluindo os valores deste ano, para viabilizar o licenciamento do veículo.

São: taxa de Licenciamento, inscrita ou não em dívida ativa; Seguro DPVAT; IPVA, inscrito ou não em dívida ativa; e infrações de trânsito municipais, estaduais e federais como infrações da Semob, Detran, Sinfra, PRF e Dnit.

Desde que iniciou o serviço, em outubro de 2019, até este mês já foram parcelados quase R\$ 20 milhões em débitos veiculares. “O parcelamento é uma forma de disponibili-

zar aos proprietários de veículos alternativa para quitar seus débitos à vista ou em parcelas mensais, saindo da inadimplência e com a imediata regularização da situação do veículo”, ressaltou o presidente do Detran-MT, Gustavo Vasconcelos.

Atualmente o Detran-MT conta com oito empresas credenciadas junto à Autarquia para realizar o serviço, que pode ser feito de forma online.

COM CARTÃO - No momento da negociação dos débitos para pagamento, a empresa

credenciada deverá demonstrar, detalhadamente, a formação dos custos do valor da dívida, identificando cada débito parcelado, taxa de juros aplicada e o número de parcelas escolhidas pelo proprietário do veículo.

O pagamento pode ser feito em até 12 vezes com até três cartões de crédito diferentes, independentemente de ser da titularidade da pessoa que está quitando os débitos, garantindo a integridade da operação mediante senha pessoal e intransferível do titular do cartão.

DURA REALIDADE

Sem asfalto, cresce custo de vida

Tchélo Figueiredo/ GCom

Da redação

Caminhões quebrados, pneus furados e atrasos para chegar ao destino, são algumas das cenas que fazem parte da rotina de quem trafega em um dos trechos da rodovia MT-240, entre o município de Tangará da Serra e Serra de Santo Afonso. O preço de uma infraestrutura precária em algumas das estradas de Mato Grosso gera prejuízos aos caminhoneiros, pesa no bolso do consumidor final e também do produtor, que perde em competitividade para outras regiões, por exemplo.

“Os problemas causados pela infraestrutura sempre ficam ao custo do caminhoneiro, para quem precisa transportar e fazer chegar ao consumidor da região, que não consegue ter acesso a produtos mais baratos por causa do frete que é mais caro”, explica Edgar Augusto Laurini, presidente da Associação de Proprietários de Caminhões e Transportadores de Cargas de Tangará da Serra.

Na região em que atua, Edgar considera que trechos das rodovias MT-358 e MT-240 são os mais críticos para os transportadores. “Nesta região do Nortão, os piores trechos estão na MT-358, a qual cha-



Trechos da rodovia MT-240 serão pavimentados pelo programa de obras do governo do Estado

mamos de Chapadão do Rio Verde, local que tem muita produção; e a MT-240, que vai de Tangará da Serra para Santo Afonso, um trecho que foi prometido obra e não cumpriram. Neste período de chuva então não adianta arrumar [MT-240], pois passa uma semana está toda estourada de novo”, relata.

As duas rodovias citadas estão no projeto de obras de infraestrutura do governo estadual. Na última quinta-feira (18), os usuários dessa rodovia foram comunicados que o trecho faz parte dos 775 quilômetros de novas pavimentações, que serão realizadas

pelo programa. Ao todo, o Executivo prevê investir cerca de R\$ 4,73 bilhões em infraestrutura até 2022.

Segundo a relação de obras de construção, restauração e manutenção, as ordens de serviço foram assinadas para pavimentação de 37,61 km no município de Tangará da Serra, entre a MT-240 e a MT-358, até Santo Afonso.

Na ocasião do anúncio das obras, o governador Mauro Mendes (DEM) garantiu que o projeto não é uma “propaganda enganosa” e será executado em sua gestão.

“Programas como este vocês já viram;

muitas vezes, viraram meras peças publicitárias e não conseguiram ter efetividade por falta de recursos e até de um planejamento financeiro-orçamentário para sua execução. Diferente do que está acontecendo hoje, em que aquilo que nós estamos apresentando, temos a absoluta convicção de que vai acontecer”, prometeu o governador.

Além das ordens de serviço, para o início de obras de pavimentação de 775 km de estradas, também será iniciada a construção de 40 pontes de concreto em todas as regiões de Mato Grosso. Os trabalhos terão início ainda neste mês. Os investimentos aplicados são de R\$ 606 milhões e beneficiarão diretamente 56 municípios.

RODOVIAS COM OBRAS LIBERADAS

- As obras serão executadas nas MT-020, MT-040/299, MT-100, MT-109, MT-130, MT-140, MT-208, MT-220, MT-235, MT-240, MT-242, MT-322, MT-423, MT-430, MT-485, MT-492/249, além das rodovias que passa pelo perímetro urbano, como a Avenida Miguel Sutil, em Cuiabá, e as Avenidas W11 e W14, em Rondonópolis. Há casos em que mais de uma obra será realizada na mesma rodovia.

Petrobras culpa impostos pelo preço nas bombas

Da redação

O comunicado do aumento dos combustíveis da Petrobras indicou estar alinhado com as declarações do presidente Jair Bolsonaro. A petrolífera estatal destacou que os preços praticados nas refinarias representam cerca de um terço do preço final da gasolina ao consumidor e metade do preço final do diesel.

Nas redes sociais, Jair Bolsonaro questionou o modelo atual da incidência dos impostos sobre os combustíveis.

“O que se faz de 15 em 15 dias? Pega-se o valor médio do combustível e daí os governadores aplicam o percentual em cima daquilo. O ICMS não só incide em cima do preço do combustível na refinaria, mas incide também em cima do PIS/Cofins [imposto federal], incide em caso de existência de Cide [imposto federal], incide em cima da margem de lucro dos postos, incide em cima do custo da distribuição e incide em cima do próprio ICMS. Isso é uma loucura”.

Na mesma linha do que disse o presidente, a nota da Petrobras afirma que os preços praticados por ela, e suas variações, estão atrelados ao mercado internacional e à taxa

de câmbio, além de ter influência limitada sobre os preços percebidos pelos consumidores finais, já que a cadeia de suprimento é longa.

Segundo a estatal, até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores de combustíveis.

Há uma semana, o presidente enviou ao Congresso o projeto de lei complementar 16/2021, que prevê uma alíquota única nacional para a cobrança do ICMS sobre os combustíveis, com base no preço da refinaria. O projeto prevê o repasse do imposto cobrado nas refinarias para o estado onde ocorreu o consumo.

Caberá ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) definir as alíquotas no ICMS sobre combustíveis, que deverão “ser uniformes em todo o território nacional e poderão ser diferenciadas por produto”. Ainda de acordo com o projeto, qualquer aumento no valor do tributo só entrará em vigor 90 dias depois de anunciado. A intenção da proposta é dar previsibilidade e estabilidade ao consumidor final.